



Índice

- 01** [Lentidão na demarcação de terras acentua tensão entre índios e fazendeiros](#)
- 02** [Comissão sobre consolidação de leis apresentará projeto sobre terras indígenas](#)
- 03** ["O céu dos índios de Dourados/MS" lançado na SBPC](#)
- 04** [Governo adquire café de índios Macuxi e Wapixana em Roraima](#)
- 05** [Articulação dos Povos Indígenas do Brasil convoca mobilização nacional em defesa da Constituição Federal](#)
- 06** [Primeira seleção do Mais Médicos vai enviar 40 profissionais para áreas indígenas da Amazônia](#)
- 07** [Jogos Indígenas são encerrados com entrega de premiações](#)
- 08** [Projeto prevê parceria entre indígenas e agricultores](#)
- 09** [Prefeitura de Japorã inicia plano de trabalho de cadastramento para casas populares indígenas](#)
- 10** [Câmara marca debate sobre demarcação de quilombolas](#)





Lentidão na demarcação de terras acentua tensão entre índios e fazendeiros

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 29.08.2013

A AGU já derrubou nove liminares em favor dos agricultores, com base em relatório da Funai

Com a lentidão do governo federal em definir o novo modelo de demarcação de terras indígenas no Brasil, um clima de insatisfação e insegurança se perpetua entre índios e produtores rurais de todo o país, em especial na Bahia e em Mato Grosso do Sul, onde a tensão cresce a cada semana.

No início do mês, grupos da etnia Tupinambá iniciaram a “retomada” de áreas sobre as quais reivindicam a posse, amparados por laudos da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Buerarema, sul da Bahia. Em resposta, pequenos agricultores, expulsos das terras, incendiaram três carros dos governos baiano e federal, durante bloqueio da rodovia BR-101. Efetivos da Força Nacional de Segurança foram deslocados para a região, distante 450km de Salvador, a fim de evitar novos conflitos, mas sem sucesso. No último sábado, após índios terem supostamente circulado com armas no centro da cidade, a população depredou residências e uma loja de simpatizantes indígenas, além de agências bancárias.

Inicialmente prometida para o primeiro semestre do ano, a nova sistemática de demarcações incluiria no processo outros órgãos do Executivo, além da Funai, e está a cargo do Ministério da Justiça (MJ). Na última reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), há uma semana, o ministro José Eduardo Cardozo prometeu editar, em breve, uma portaria ministerial para resolver a questão. Também participaram do encontro os titulares da Secretaria-Geral, Gilberto Carvalho, e do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.



Comissão sobre consolidação de leis apresentará projeto sobre terras indígenas
SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 29.08.2013

A Comissão Mista de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais se reúne hoje, às 14 horas, para apresentar dois projetos de lei complementar: um que regulamenta a demarcação de terras indígenas e outro que regulamenta o direito de greve dos servidores públicos.

A demarcação de terras indígenas tem causado polêmica entre indígenas e ruralistas. Na Câmara, tramita proposta que transfere, do Executivo para o Legislativo, a palavra final sobre a demarcação dessas terras (PEC 215/00). Os índios são contra a medida e, em protesto, chegaram a invadir o Plenário em abril deste ano.

Já o direito de greve é tema de debate na Câmara há mais de 20 anos. Diversas propostas que regulamentam o assunto aguardam votação na Casa.

Os projetos que serão apresentados na comissão mista são uma tentativa de resolver o impasse sobre matérias polêmicas.

A reunião será realizada no Plenário 7 da ala Alexandre Costa, no Senado.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

"O céu dos índios de Dourados/MS" lançado na SBPC

SÍTIO MUSEU DA AMAZÔNIA, 29.08.2013



Publicação recupera a tradição indígena de observar o céu.

O astrônomo do Museu da Amazônia/Musa, Germano Bruno Afonso, e o professor do curso de Física da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Paulo Souza da Silva lançaram, durante a 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em São Luís, o livro `O Céu dos Índios de Dourados - Mato Grosso do Sul`, pela Editora UEMS.

Escrito em guarani e português, o livro nasceu do projeto `Etnoastronomia dos Índios Guarani da Região da Grande Dourados - MS`, que tinha como meta reconstruir três observatórios solares em Dourados, dois deles em escolas. "Eram uma espécie de relógio que os Guarani usavam para vários fins, como festejos ou medição das estações", revelou Paulo Souza da Silva.

Com isso, "podiam fazer previsões e criar cronogramas até para a concepção de bebês", acrescentou o professor que vê a publicação não apenas voltada para o ensino de alunos de cultura indígena, mas usada por professores Guarani, como referência para mostrar como esses povos procuravam o melhor aproveitamento dos recursos naturais.

`O Céu dos Índios de Dourados - Mato Grosso do Sul` pode ser considerado uma complementação de `O Céu dos Índios Tembé`, que rendeu a Germano o Prêmio Jabuti de 2000. "Os Tembé são remanescentes dos Tupinambá, pela divisa do Pará com Maranhão, e eles também mantêm esse mesmo sistema astronômico", contou o astrônomo do Musa.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 157 / 2013

Brasília, 30 de agosto de 2013.

Foi após a publicação sobre os Tembé, que Germano Afonso e Paulo Souza Silva ganharam uma bolsa de pesquisa do CNPq para trabalhar com os Guarani de Dourados, no projeto sobre 'Etnoastronomia dos Índios Guarani da Região da Grande Dourados – MS.

"Sabemos que esse trabalho é adaptável para todos os grupos da família Tupi-Guarani. Por isso fizemos um livro geral para professores, para eles aplicarem e modificarem de acordo com a cultura local. Um Guarani do Rio Grande do Sul não vê o céu da mesma maneira que um do Espírito Santo. A base é a mesma, mas o céu é diferente", detalhou Germano.

Mais informações sobre o assunto, acesse os links:

<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=83574>

<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=83573>



Governo adquire café de índios Macuxi e Wapixana em Roraima

SÍTIO MERCADO DO CACAU, 29.08.2013

Medida incentiva inclusão social dos indígenas ao garantir renda e distribuição de alimentos

A Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em Roraima participou, na última semana, da primeira entrega de café adquirido da Comunidade Indígena Mangueira para o Sesc/Mesa Brasil, no município de Alto Alegre. O mecanismo de comercialização utilizado pela Conab, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi o da Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no valor de R\$ 36 mil. Já foram entregues mil quilos de café cultivado de maneira tradicional pelos indígenas.

Os representantes da etnia Macuxi e Wapixana praticam o cultivo tradicional, manejo agroecológico e sustentável, o que torna o café um alimento diferenciado por sua qualidade, livre de agrotóxicos e adubos químicos. As Terras Indígenas Mangueira estão localizadas na região de Alto Alegre. A reserva compreende 82% de florestas e 18% de savana, com área total de mais de 4 mil hectares, onde vivem mais de 100 indígenas, de acordo com o Conselho Indígena de Roraima.

Nesta comunidade, oito pais de família desenvolvem a atividade econômica agrícola do plantio de café e realizam escambo da sua produção com as outras comunidades para atender suas necessidades alimentares e hábitos culturais.

Saiba mais

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Promove a inclusão social dos povos e comunidades tradicionais ao garantir renda, atuando na distribuição de alimentos orientada as especificidades étnicas e culturais regionais, e, principalmente, no combate a insegurança alimentar. fonte Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Articulação dos Povos Indígenas do Brasil convoca mobilização nacional em defesa da Constituição Federal

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 29.08.2013

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), composta pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Articulação dos Povos Indígenas do Sul (Arpínsul), Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE), Conselho dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul e pela Grande Assembléia do Povo Guarani (ATY GUASU), que, por sua vez, reúnem na sua base centenas de associações e comunidades indígenas, considerando:

Que os direitos constitucionais dos povos indígenas, dos quilombolas e de outras populações tradicionais, assim como os seus territórios, encontram-se sob forte ataque por parte de interesses econômicos poderosos, que defendem o seu direito à propriedade mas não respeitam os nossos direitos coletivos à nossa terra sagrada, e ainda querem tomar para si as terras públicas e os seus recursos naturais;

Que há uma ofensiva legislativa sendo promovida pela bancada ruralista contra os direitos originários dos nossos povos, os direitos de outras populações tradicionais e os direitos de todos os brasileiros ao meio ambiente saudável, por meio de dezenas de projetos de lei e emendas à Constituição – em especial a PEC 215/00, PEC 237/13, PEC 038/99, PL 1610/96 e PLP 227/12 – que afrontam, inclusive, acordos internacionais assinados pelo Brasil, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a Declaração da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas;

Que o próprio governo federal tem mantido uma conduta omissa, em relação aos direitos dos povos, e conivente com os interesses dos ruralistas e do latifúndio, nossos inimigos históricos, que durante o ano passado aprovaram um novo Código Florestal adequado aos próprios interesses e este ano pretendem aniquilar direitos indígenas ao território. Uma conduta que se materializa em medidas como a Portaria Interministerial 419/2011, a Portaria 303/2012 da Advocacia-Geral da União, e o Decreto 7957/2013, e que se traduz, dentre outras, nas paralisações: da demarcação das terras indígenas, da criação de unidades de conservação, da titulação de quilombos e da implementação da reforma agrária.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) convoca todos os povos e organizações indígenas do país assim como os demais movimentos sociais do campo e da cidade, para uma Mobilização Nacional em Defesa da Constituição Federal, nos seus 25 anos de existência, e pela Implementação dos Direitos Territoriais dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, de outras comunidades tradicionais, dos camponeses e da Mãe Natureza, entre os dias 30 de setembro e 05 de outubro de 2013.

As manifestações de adesão e apoio devem ser encaminhadas para: direitosindigenas25anoscf@gmail.com



Primeira seleção do Mais Médicos vai enviar 40 profissionais para áreas indígenas da Amazônia

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 29.08.2013

Elaíze Farias – Dezesesseis Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei) da Amazônia vão receber 40 profissionais na primeira seleção do programa Mais Médicos, do governo federal. A maioria é composta por profissionais brasileiros. As terras indígenas são as áreas mais carentes de profissionais de saúde. As atuações são sempre pontuais, quando isto ocorre.

Na região amazônica, o Dsei Leste, de Roraima, terá a maior quantidade de médicos nesta etapa – seis -, sendo que um deles será estrangeiro. O Dsei Guama Tocantins/Belém, o Dsei Maranhão/São Luís e o Dsei Tocantins/Palmas receberão quatro médicos, cada um.

No Amazonas, os cinco Dsei existentes no Estado serão contemplados na primeira seleção. O Dsei Alto Rio Negro terá três médicos (um estrangeiro). O Dsei Médio Purus e o Dsei Alto Solimões terão dois médicos, cada (ambos brasileiros) e o Dsei Vale do Javari terá um médico (brasileiro). O Dsei Manaus terá um médico, também brasileiro.

Na primeira seleção, a Amazônia vai receber 441 médicos no total. O Amazonas vai receber 123 médicos. Dez deles serão estrangeiros. Doze municípios amazonenses serão atendidos na etapa inicial.

Os municípios do Amazonas que vão receber os médicos do programa nesta etapa são Coari (1), Humaitá (1), Iranduba (1), Itacoatiara (1), Manacapuru (5), Manicoré (1), Parintins (2), Presidente Figueiredo (2), São Gabriel da Cachoeira (1), Tabatinga (4), Urucará (1) e Manaus (34). Esta lista não inclui as cidades que possuem Dsei.

Portanto, municípios como São Gabriel da Cachoeira e Manaus vão receber também médicos que atuarão em saúde indígena.

Além de brasileiros, Itacoatiara, Manaus, Parintins, São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga vão receber médicos estrangeiros.

Os médicos brasileiros começam a trabalhar na próxima segunda-feira (02). Os estrangeiros no dia 16 de setembro.

O Estado do Pará receberá 105 médicos. Eles serão distribuídos em 23 municípios nesta primeira seleção. Maranhão receberá 67 médicos. Os outros Estados contemplados são Tocantins (36), Roraima (30), Rondônia (29), Acre (27), Mato Grosso (13) e Amapá (11).

As informações são do Ministério da Saúde fornecidas anteontem (27) para este blog. A previsão é que os médicos estrangeiros sejam chamados na segunda seleção do programa.

CONT.



Comentário deste blog

O programa Mais Médicos, não obstante seu formato duramente criticado por profissionais brasileiros, veio como um alento para as comunidades que não têm acesso a atendimento médico. Mas não basta enviar profissionais e aguardar que eles se virem sozinhos. No caso das Terras Indígenas, é preciso acabar com os “malabarismos” aos quais são submetidos os profissionais de saúde: médicos (quando existem), enfermeiros, técnicos em enfermagem, agentes indígenas de saúde. E acabar também com os improvisos. Uma das maiores dificuldades é o acesso às aldeias. Conheço profissionais que atuam em Dseis que, sem recurso para comprar combustível das embarcações e sem acesso a aviões de pequeno porte, deixam de fazer atendimento às populações indígenas. Este é um dos motivos do alto índice de mortes em muitas aldeias. Há também problemas de falta de medicamentos e condições precárias dos prédios dos polos bases. Ou seja, não adianta ter médico, se este não tem meios de chegar até os doentes e nem estrutura para trabalhar.



Jogos Indígenas são encerrados com entrega de premiações

SÍTIO DIÁRIO DO AMAPÁ, 29.08.2013

A etapa final dos Jogos dos Povos Indígenas do Amapá ocorreu com sucesso na aldeia Manga, em Oiapoque. A competição aconteceu de 23 a 25 de agosto. Participaram indígenas das etnias Galibi Marworno, Galibi Kalinã, Palikur, Karipuna, Wajãpi, Tiriýó, Kaxuyana, Txikuyana, Apalai e Wayana, que disputaram corrida com tora, corrida com jamaxi, corrida livre, subida no açazeiro, natação, futebol, cabo de guerra, canoagem, arco e flecha, pescaria, arremesso de lança, pintura corporal e contos e mitos.

Na sexta-feira, durante a cerimônia de abertura do evento, houve apresentação da Dança do Turé, desfile das equipes e a execução do Hino Nacional Brasileiro pelos estudantes da etnia Karipuna, da Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá; em seguida, as semifinais do cabo de guerra e futebol de campo masculino e feminino. No sábado, 24, aconteceram as provas finais de cabo de guerra, corrida com tora, corrida livre, zarabatana, arco e flecha, arremesso de lança, subida no açazeiro e contos e mitos. Já no domingo, 25, ocorreram as finais do futebol masculino e feminino, provas de pescaria, canoagem, natação, pintura corporal, desfile para a escolha da miss indígena, apresentação do grupo guerreiros Karipuna e premiação.

O secretário do desporto e lazer, Mário Brandão, lamentou o que aconteceu com os profissionais da Secretaria de Estado da Comunicação (Secom) que faleceram a ca-minho da aldeia Manga. "Nós lamentamos profundamente o que aconteceu com os nossos colegas de governo, que vinham cobrir a competição aqui nesta comunidade. Que Deus possa confortar o coração dos seus familiares", disse o secretário.



Projeto prevê parceria entre indígenas e agricultores

SÍTIO MERCADO DO CACAU, 29.08.2013

A Câmara analisa proposta que determina que a Fundação Nacional dos Índios (Funai) implemente projetos de parceria entre indígenas e agricultores. De acordo com o autor, deputado Nelson Padovani (PSC-PR), a medida tem por objetivo “oferecer alternativa econômica aos povos indígenas”.

Conforme o Projeto de Lei 4740/12, para elaborar os contratos de parceria, a Funai deverá constituir um grupo de trabalho composto por representantes de todos os setores de gestão da instituição, das comunidades indígenas envolvidas e do Ministério Público Federal.

Ainda de acordo com o texto, agricultores e pecuaristas interessados na parceria deverão assinar termo de compromisso. O documento terá entre suas cláusulas a garantia de que a comunidade indígena ocupante da terra explorada, no regime de arrendamento, terá direito à participação de 20% da renda gerada pela produção no local.

Prazo

Pela proposta, as parcerias de arrendamento das terras indígenas terão prazo mínimo de vigência de cinco anos e máximo de 30 anos. Caberá à Funai assessorar juridicamente a comunidade indígena na celebração do contrato.

Segundo Padovani, o projeto vai ajudar a “encontrar um ponto de equilíbrio, para que agricultores e índios consigam explorar a terra, de forma que sejam beneficiados e respeitados ambos os lados”.

Tramitação

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Direitos Humanos e Minorias; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Edição – Marcelo Oliveira

Agência Câmara



Boletim de Notícias - Edição nº 157 / 2013

Brasília, 30 de agosto de 2013.

Prefeitura de Japorã inicia plano de trabalho de cadastramento para casas populares indígenas

SÍTIO O LIBERAL NEWS, 29.08.2013

Na última sexta-feira (23/08), o prefeito Vanderlei Bispo reuniu-se com lideranças e moradores indígenas da Aldeia Porto Lindo, acompanhado da Vereadora Daiane Vilharva, da Secretária Municipal de Assistência Social Nete Schultz e equipe, para esclarecimentos sobre as exigências dos Programas Sociais de Habitação Indígena e Bolsa Família, quanto à documentação necessária para o cadastro nos programas. A equipe da secretaria instalou computadores, impressoras e copiadoras no local da reunião para não faltar cópias de documentos no processo. Bispo explicou a burocracia do processo de seleção e pediu paciência e confiança aos indígenas, pois, se depender de força de vontade pra construir casas na Aldeia, Bispo garantiu: "Vamos construir uma casa para cada família da Aldeia Porto Lindo, se for necessário mil casas, vamos buscar recursos para isso".

Fonte: O Liberal News



Câmara marca debate sobre demarcação de quilombolas

SÍTIO DIÁRIO DO GRANDE ABC, 28.08.2013

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados faz audiência pública na próxima terça-feira, 3, às 14h30, para debater as demarcações de terras quilombolas nos municípios gaúchos de Osório, Maquiné, Caçapava, Rio Pardo e Restinga Seca.

O autor do requerimento para a realização da audiência, deputado federal Alceu Moreira (PMDB/RS), afirmou que os quilombolas são um movimento legítimo e de reparação de uma dívida histórica de todos os brasileiros com os negros, mas que não pode gerar outra injustiça com as famílias que vivem e dependem das propriedades que estão sendo demarcadas.

Segundo Moreira, no caso de Osório a demarcação do Quilombo do Morro Alto, de 4,5 mil hectares, pode desapropriar 950 famílias de pequenos produtores do município e também dos vizinhos Capão da Canoa e Maquiné.

A pedido dos deputados Valdir Colatto (PMDB/SC) e Lira Maia (DEM/PA) foram incluídos no debate os municípios de Campos Novos (SC) e Santarém (PA). A comissão convidou representantes da Fundação Cultural Palmares, Confederação Nacional de Agricultura, Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, Ministério da Justiça, Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República e Ordem dos Advogados do Brasil.